



ATA N.º 1 / 23

FL. N.º 94

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023

N.º 1/2023/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho;

HORA: Sessão agendada para as 20horas de 23 de fevereiro de 2023;

Mesa (CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal;

Membros eleitos pelo CDS/PP:

- Ricardo Jorge da Costa Oliveira, em suplência de José António Abrantes Soares de Almeida;
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;
- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;
- José do Nascimento Peres;
- José Augusto Tavares Ferreira;
- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;
- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;
- Alexandra Pinho;
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa;

Membros eleitos pelo PS

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;
- Ana Raquel Tavares Pinheiro;
- António Miguel Pinho Martins de Castro, em suplência de José Hermínio Tavares Fernandes;

Membros eleitos pelo PSD

- João Paulo Carvalho da Silva;
- Rosária de Fátima Leite Tavares;
- Ana Rita Fernandes Martins;

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)

2023.02.23

- Arménio Tavares Lige, Arões;
- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos;
- Henrique Martins Pereira, Junqueira;
- António Luís Martins da Costa, Rôge;
- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;
- Cristina Maria Vasconcelos Quintas em representação de Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;

Presidente da Junta de Freguesia (PS)

- Vítor de Sousa Tavares, Macieira de Cambra;

AUSÊNCIAS:

- Daniel Alexandre Martins Gonçalves;
- Diana Martins Abrantes Leite;
- Daniel Alexandre Martins Barbosa;

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, estiveram presentes em representação da Câmara

Municipal:

- O Presidente da Câmara: José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;
- Os Vereadores:
 - Mónica Pinto Seixas;
 - José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho;
 - André Agostinho Martins da Silva;
 - Tiago Correia Fernandes;
 - Frederico da Costa Martins;

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2022;



d) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia;

e) PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1) Apresentação do Relatório de Atividades 2022 da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vale de Cambra;

2) Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações;

3) Compromisso plurianual relativo aos Protocolos a celebrar no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (RCM 27/12/2022);

4) Mapa “Demonstração do desempenho orçamental” (RCM 07/02/2023);

5) Alteração Orçamental modificativa do Orçamento 2023 (RCM 07/02/2023);

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

- **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** Aprovação do texto e respetivas minutas.

Pelas vinte horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de vinte cinco membros, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, cumprimentou os presentes e **declarou aberta a sessão.**

Comunicou a ausência dos deputados municipais que, a seu pedido foram substituídos nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações, conforme se refere:

2023.02.23

- José António Abrantes Soares de Almeida (requerimento entregue em mão em 20/02/2023, ausência justificada pela Mesa), substituído por Ricardo Jorge da Costa Oliveira;
- José Hermínio Tavares Fernandes (mensagem de 21/02/2023, ausência justificada pela Mesa), substituído por António Miguel Pinho Martins de Castro;
- Cristina Maria Vasconcelos Quintas em representação de Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;

Comunicou ainda a ausência do Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes,

conforme o mesmo o informou previamente ao início da sessão;

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, prestou algumas informações, incluindo a menção a alguma correspondência relevante, as quais constarão na ata da sessão, e disponibilizou aos deputados municipais presentes, para consulta, o dossier com a correspondência recebida desde a última sessão.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs em nome das bancadas do CDS, PS e PSD os seguintes votos de pesar, lidos pelo 1º Secretário e pela 2ª Secretária, os quais foram aprovados por unanimidade: -----

- *“Faleceu no passado dia 22 de novembro de 2022 a Srª D. Almerinda Marques Almeida, sogra do Sr. Deputado Municipal José do Nascimento Peres, a quem a Assembleia Municipal de Vale de Cambra presta sentida homenagem, apresentando a este as condolências devidas por tão funesto acontecimento e expressando-lhe solidariedade com a sua dor e consternação. Ao longo de uma vida de 94 anos, a Srª D. Almerinda Almeida soube ser uma esposa e mãe*



dedicada, uma cidadã educada, responsável e atenta, motivo pelo qual conquistou o respeito e a consideração de todos que a conheceram ou com ela privaram.

Assim, Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em Sessão de 23 de fevereiro de 2023, prestou homenagem à cidadã, expressa as suas sentidas condolências à Exma. família e aos amigos, em particular ao nosso Companheiro José Peres, e guarda um minuto de silêncio em sua memória.”-----

- *“Faleceu no passado dia 07 de janeiro o Sr. António Santos de Sousa, que integrou este órgão deliberativo no mandato autárquico antecedente, eleito nas listas do PSD - Partido Social Democrata, tendo também desenvolvido atividade social de relevo, designadamente na Assembleia de Freguesia de Macieira de Cambra, sempre evidenciando vincadas preocupações com a sua comunidade e a sua terra. Foi ainda, para além disso, pessoa dedicada à profissão e à família, tendo conquistado, pela sua personalidade e o seu trabalho, o respeito e a consideração de todos que com ele privaram ou o conheceram, nas mais diversas circunstâncias. Em razão disso, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra presta sentida homenagem e tributa o reconhecimento devido pelo seu exemplo de cidadão, profissional, autarca e munícipe.*

A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro do ano de 2023, presta homenagem ao cidadão, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à Exma. família e à Comissão Política concelhia do PSD as mais sentidas condolências.”

- *“Faleceu no passado dia 16 de janeiro de 2023 a Srª D. Lucária Soares, mãe da Srª Deputada Municipal Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, com cuja dor a*

2023.02.23

Assembleia Municipal se solidariza. Nascida a 26 de março de 1929, a D. Lucária dedicou a sua vida à família e a uma intensa atividade quotidiana, tendo sabido merecer, pela sua personalidade e trabalho, o respeito e a consideração de todos, motivo pelo qual a A.M., reunida em Sessão Ordinária de 23 de fevereiro, tributa o reconhecimento que lhe é devido pelo seu exemplo de cidadã e munícipe.

A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, presta, assim, homenagem à cidadã, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à Exm^a Família as mais sentidas condolências.”-----”

- *Faleceu no passado dia 23 de janeiro a Sr^a D. Margarida Castro Martins, avó da Deputada Municipal Diana Martins Abrantes Leite e sogra do anterior Presidente deste órgão deliberativo, Rui Manuel Martins de Almeida Leite, a quem, em ambos os casos, a Assembleia Municipal expressa a sua solidariedade e apresenta sentidas condolências. Pessoa dedicada à família e ao trabalho, a D. Margarida Martins tornou-se, ao longo de uma vida de 89 anos, merecedora do respeito e da admiração de todos os que com ela privaram e, por isso, será por eles lembrado com enorme respeito e consideração. A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro do ano de 2023, presta homenagem à cidadã, formula o presente voto de pesar, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à Exm^a família as mais sentidas condolências.”*

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2022;

Retirado o ponto de apreciação por consenso entre os líderes das bancadas;

c) Aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de dezembro de 2022;

Retirado o ponto de apreciação por consenso entre os líderes das bancadas;



d) Período de intervenção dos senhores deputados municipais e presidentes de junta de freguesia:

A Sr.^a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, após cumprimentar todos os presentes, informou que tinha duas questões.

Em primeiro lugar, questionou o Sr. Presidente da Câmara se existia diferença entre os professores das AECs, uma vez que foi informada que os professores da academia e os professores contratados pela Câmara Municipal não recebiam o mesmo valor.

Depois, questionou o Sr. Presidente da Assembleia, sobre o ponto de situação, acerca da exposição que fez por e-mail, relativamente à proposta que fez na Assembleia Municipal de setembro, uma vez que o mesmo lhe disse, que estava à espera de um parecer jurídico

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, respondeu à questão formulada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, dizendo que efetivamente foi pedido um parecer e que já tem esse parecer na sua posse. Confessa que ainda não teve tempo para o analisar devidamente, podendo adiantar de momento que o parecer lhe dá razão pela argumentação apresentada, no entanto informa que quer ver melhor o documento e seguramente durante a semana seguinte, o mesmo lhe será remetido.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que, como cidadãos e representantes do povo, estão na Assembleia Municipal para garantir que os interesses da população, sejam adequadamente representados e protegidos. E isso inclui garantir, que os documentos e assuntos a serem apreciados, em sede de Assembleia Municipal, sejam devidamente preparados e apresentados.

Diz que se tem apercebido de uma falta de cuidado, de parte da Câmara Municipal de Vale de Cambra em relação a esse aspeto, pois os documentos são entregues em cima da hora, sem o tempo necessário para uma análise adequada, por parte dos membros da Assembleia Municipal, o que acaba por comprometer a qualidade das decisões tomadas.

2023.02.23

No âmbito da sua intervenção, exigiu ainda que a Câmara Municipal Vale de Cambra, comece a tomar medidas, para garantir que os documentos e assuntos a serem apreciados em sede de Assembleia Municipal, sejam preparados com o cuidado e antecedência necessários. Além disso, afirmou ser fundamental que a Assembleia Municipal tenha autonomia, para definir a sua própria agenda, sem interferência da Câmara Municipal, esperando que a Câmara Municipal de Vale de Cambra, tome as medidas necessárias para corrigir essa situação o mais breve possível.

Finalizou a sua intervenção fazendo três sugestões:

1. Uma maior coordenação entre as várias bancadas e Mesa da Assembleia Municipal. Inclusive sugerindo reunir de dois em dois meses.
2. O agendamento das sessão ordinárias da Assembleia Municipal às terças-feiras, como acordado em conferência de líderes, colocando já a proposta de dia 18 de abril, 20 de junho, 26 de setembro e 19 de dezembro.
3. A transmissão on-line, no mais curto prazo possível, pois não entende o motivo pelo qual este assunto ainda não está resolvido. Questionando ainda se não existe a possibilidade, enquanto não existe procedimento, do gabinete de comunicação da Câmara Municipal colocar um telemóvel a fazer um “live” para o Facebook.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, agradeceu a intervenção do Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago e referiu que relativamente a essa articulação, vão seguramente dar-lhe concretização sem deixar de dizer que os prazos legais estão a ser cumpridos, reconhecendo que o prazo legalmente prescrito por vezes pode não ser suficiente, porque todos têm as suas atividades profissionais e as matérias a debater às vezes são de alguma complexidade. Assim, se se conseguir antecipar o envio dessa documentação obviamente que o farão, sendo um assunto que vão tratar a nível de representantes de bancadas e subsequentemente ao Sr. Presidente da Câmara também.



O Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Victor de Sousa Tavares, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que tinha vários assuntos para questionar.

Em primeiro lugar, aproveitou para agradecer à Câmara Municipal, na pessoa da Dr.ª Mónica Seixas pelo apoio e empenho na organização do fim-de-semana musical de 13, 14 e 15 de janeiro, na comemoração dos 509 anos da atribuição do foral às Terras de Cambra e no 13.º encontro de orquestras. Afirma que nessas iniciativas vê uma forma de dar vida a um espaço de excelência que é o Centro Cultural de Macieira de Cambra.

Reforçou também a enorme importância que foi a criação do Espaço do Cidadão em algumas das freguesias, pois considera um ótimo serviço a prestar à população e que é de engrandecer e louvar a iniciativa.

Após esta introdução, afirmou que tinha vários alertas e questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

1. Relativamente ao edifício do Ar Alto, que é um edifício de enorme importância histórica, afirmou que o mesmo se encontra com alguns sinais de degradação (o telhado está a ceder, existe humidade nas paredes, infiltrações tanto na parte do Museu, como na parte das instalações da Junta de freguesia), e que está ciente da importância deste edifício para o património cultural de Vale de Cambra, sugerindo a sua requalificação, criando um espaço condigno que seja mais condizente com o património histórico e cultural. Afirma que o Museu Municipal merece outra dimensão e, nesse sentido, a Junta de Freguesia está disponível para, juntamente com a Câmara Municipal, encetar esforços na procura de soluções que garantam a manutenção do Museu neste espaço. Afirma também que se encontram disponíveis para ir para outro espaço, se isso garantir um futuro Museu Municipal pertencente à Rede Nacional de Museus e que tenha outra dimensão a nível nacional.

2023.02.23

2. Segunda questão é referente à segurança rodoviária, nomeadamente à Ponte das Cavadas, na estrada Luiz Bernardo de Almeida. Já anteriormente solicitou a colocação de "rail" de proteção, pois é uma ponte com alguma deficiência em termos de segurança e onde já ocorreram vários acidentes.
3. A terceira questão está relacionada com a rotunda da Senhora da Natividade, pois existe um sistema de bombagem que projeta água sobre a estátua da nossa Senhora da Natividade. Estando inativo há cerca de um ano, por causa de uma suposta avaria, dá um aspeto de abandono e desleixo a quem por ali passa. Sendo a padroeira de Macieira de Cambra, pensa que será de todo o interesse perceber qual o problema, com ajuda dos técnicos da Câmara Municipal.
4. Outra questão é referente a um assunto já abordado anteriormente: o parque de máquinas da Câmara Municipal. Considera que o mesmo deveria ter uma imagem mais agradável perante quem passa, questionando se já existe algum tipo de estudo (ou a ser desenvolvido) para minimizar o impacto daquele espaço.
5. Questionou igualmente algo que talvez seja cedo para questionar: o estado atual das obras de saneamento e fornecimento de água na freguesia. Como noutras freguesias do concelho os trabalhos estão parados, foram atribuídos noventa dias à empresa responsável pela obra. Passados cerca de trinta dias nada está a acontecer. A questão é que se falou de um plano B, e o deputado municipal queria saber se já existem algumas opções ou alternativas no final dos noventa dias e quais serão as opções que a Câmara irá tomar para minimizar este impacto na vida dos cidadãos afetados.
6. Referiu ainda que a freguesia de Macieira de Cambra não teve qualquer obra de pavimentação no ano de 2022. Considera que a ligação de Algeriz a Vale Pereiras é de enorme importância visto que são duas zonas industriais.



7. Informou que existem uns problemas em S. Bartolomeu, Rua das Quingostas em Santa Cruz e Rua do Paiço em Malhundes, que são ruas em paralelos. Esse tipo de ruas, em época de chuva ou geadas, dificultam o acesso da população às suas casas. Além disso, algumas ruas não permitem o acesso a veículos de socorro, o que é mais evidente no caso de S. Bartolomeu, em que uma ambulância não consegue aceder às casas que ficam no fundo da rua.
8. Por último, ressaltou a questão da iluminação da praça de Macieira de Cambra, pois após a sua solicitação, verificou que a mesma já se encontrava a funcionar, agradecendo que tenha sido resolvido.

A Sr^a. Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares, declarou estar muito preocupada com a toxicod dependência em contexto escolar. Afirma que o consumo de drogas em contexto escolar transformou-se numa inquietação nacional e mundial, em função da sua grande prevalência e dos riscos que pode acarretar, uma vez que a adolescência é uma etapa do desenvolvimento que constitui uma época de exposição e de vulnerabilidade. A maioria dos casos de dependência química começa na juventude, e infelizmente tem conhecimento de relatos de pais e Associações de Pais, partilhando a mesma preocupação.

Informa que, segundo o SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências) houve um aumento da percentagem dos consumidores de bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas em contexto escolar a nível nacional, e que o concelho de Vale de Cambra não é exceção.

Questionou se a Câmara Municipal está a par deste problema de extrema gravidade, e caso esteja, qual o plano que está a ser elaborado para criar uma resposta, informando que tem conhecimento que os concelhos vizinhos se encontram a sofrer a mesma calamidade.

2023.02.23

Por fim refere que, na perspetiva da bancada do PSD, para combater este problema que acaba por afetar toda a população, tem de haver um esforço de envolvimento de todo o concelho, nomeadamente da GNR, CPCJ, Associação de Pais, Corpo Docente, Câmara Municipal, etc, e que não se pode esquecer que o consumo de estupefacientes, provoca sequelas permanentes no futuro dos jovens.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, após cumprimentar todos os presentes, disse ter apenas três questões:

1. Agradeceu em primeiro lugar ao Presidente da Câmara, uma vez que em intervenção na Assembleia anterior se referiu que não vinha nenhum membro do Governo a Vale de Cambra, e que no decorrer do último mês o presidente foi rápido e eficaz, pois vieram dois. No entanto, gostava de perceber o que foi pedido aos dois Secretários de Estado, bem como quais as suas prioridades para Vale de Cambra;
2. Em segundo lugar referiu que as emissões on-line das Assembleias Municipais o fazem lembrar o projeto do cineteatro, pois andam há imenso tempo a adiar algo simples e de enorme utilidade. Considera a transmissão das sessões, uma ferramenta importantíssima para divulgação do trabalho efetuado pela Assembleia Municipal e para dar voz a todos aqueles que, mesmo não estando em Vale de Cambra, possam colocar as suas questões nas redes sociais. Acha essencial, que se possam fazer perguntas ao executivo e aos Deputados Municipais, para que exista um escrutínio daquilo que foi a sua intenção de voto;
3. Por fim, lembrou que as medalhas de ouro já foram aprovadas há muito tempo e que ainda não foram atribuídas. Propôs ainda a data do 25 de abril, para fazer entrega das mesmas.



O Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e começou por parabenizar a Câmara Municipal, pelo envolvimento que teve na implementação do Espaço do Cidadão na sua freguesia e em outros quatro locais em que foram inaugurados.

Congratulou-se com a presença da AMA - Associação de Modernização Administrativa e do Sr. Secretário de Estado, na inauguração do Espaço do Cidadão.

Agradeceu aos colaboradores da Junta de Freguesia, que se disponibilizaram para frequentar a formação inerente ao novo serviço.

No seu entendimento, não descurando a importância dos meios digitais, a componente presencial no atendimento às pessoas é muito mais importante, pois nos últimos dias acederam ao serviço mais de uma dezena de pessoas, considerando um grande motivo de orgulho para a Junta de Freguesia.

Apelou a que os valecambrenses deixem as rivalidades e cores políticas de lado e se unam em prol de um objetivo comum, que é o bem estar das pessoas.

Por último, agradeceu o apoio prestado pela Câmara Municipal, através de todos os seus técnicos e funcionários, que estiveram envolvidos no evento de Carnaval das crianças (incluindo as IPSS, escola do Covo, pré-escola do Covo e algumas coletividades), realçando a importância do acompanhamento das crianças pelos pais no desfile de carnaval e a felicidade das pessoas que participaram, admitindo a possibilidade de nos próximos anos esse evento vir a contar com maior número de coletividades.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, referiu ter conhecimento de que os prazos estão a ser cumpridos e pediu alguma atenção para conseguirem ter mais tempo na receção dos documentos.

2023.02.23

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, agradeceu a intervenção do Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago e disse que todos vão fazer um esforço para que assim seja.

O Sr. Presidente de Câmara Municipal José Pinheiro, após cumprimentar todos os presentes, tentou dar resposta às questões que foram colocadas:

1. À questão da Sr.^a Deputada Municipal Ana Rita Martins, relativamente aos vencimentos dos professores das AECs, afirma que, segundo o conhecimento que tem, existem especialidades diferentes, e que a diferenciação de vencimento pode advir desse motivo, acrescentando que existe um valor de referência, que se encontra estipulado legalmente, informando que qualquer esclarecimento adicional, deverá ser solicitado à Vereadora Mónica Seixas ou à Dr.^a Paula Ferreira.
2. Quanto às questões do Sr. Deputado Jorge Tiago, no que diz respeito à articulação entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, o executivo camarário tem procurado distribuir a documentação atempadamente, embora por vezes estejam dependentes de informações que nem sempre chegam dentro do prazo necessário, mas que continuarão a tentar ultrapassar os constrangimentos;
3. Quanto à transmissão das sessões da Assembleia Municipal, deu razão aos senhores membros da Assembleia Municipal, informando que a Câmara Municipal irá abrir brevemente um procedimento para aquisição de equipamento.
4. Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, em relação ao edifício do Ar Alto, informa que o problema da infiltração está identificado e os serviços municipais estão a tentar encontrar



- solução para resolverem o problema (ou por administração direta ou por abertura de procedimento).
5. Relativamente ao problema de segurança rodoviária na ponte da estrada Luiz Bernardo de Almeida, considera que os “rails” não ficarão bem, e que já solicitou ao Vereador do pelouro do trânsito e segurança rodoviária que encontrasse a melhor forma de resolver a situação.
 6. Em relação à rotunda da Sr.ª da Natividade, informa que a fonte está avariada e que todo o sistema de bombagem e projeção da água terá de ser substituído, tendo já solicitado aos serviços o orçamento de todo o equipamento.
 7. Sobre a má imagem do parque das máquinas, tratando-se de um assunto mais profundo e de maior investimento, em que várias possibilidades estão a ser estudadas.
 8. Quanto à questão da empreitada de água e saneamento, refere já ter informado o Sr. Presidente da Junta que foi concedido o prazo de noventa dias para concluir a empreitada, afirmando que já passaram trinta dias, restando sessenta. Acrescentou ainda que, terminado o prazo concedido e caso não se verifique o cumprimento da empreitada, a Câmara abrirá um procedimento para avançar para a fase subsequente.
 9. Quanto à questão das pavimentações nos diversos locais, admitiu a possibilidade de haver várias opções e soluções que carecem de verificação no local.
 10. Relativamente à iluminação da praça em Macieira de Cambra, refere que o Sr. Presidente da Junta tem conhecimento do problema estrutural existente, não obstante as várias intervenções dos técnicos. Informa que o problema continua a persistir porque segundo a informação prestada, existe no subsolo a ocorrência de alguns curto-circuitos e problemas na estrutura da cablagem, que provocam as consecutivas avarias, tendo já estado no local o Sr. Vereador do Pelouro com

2023.02.23

elementos da EDP, no sentido de encontrarem uma solução definitiva para o problema.

11. Quanto à questão das drogas colocada pela Sr.^a Deputada Rosária Tavares, informa que esse assunto e a sua origem é do seu total desconhecimento, caso contrário já o teria comunicado às autoridades policiais. Informa que o executivo tem reunido periodicamente com as forças de autoridade, com a Associação de Pais, com o Agrupamento e com o ACES, para que as crianças tenham maior segurança relativamente ao consumo de droga nas escolas.
12. Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado João Carvalho da Silva, agradeceu-lhe, em primeiro lugar, pelo facto de o ter lembrado da vinda dos Secretários de Estado e do Ministro. Refere ter feito uma série de recomendações ao Secretário de Estado da Justiça, que embora não fossem da sua tutela, pediu para que fosse portador das preocupações da Câmara Municipal. Diz ainda que foi dado conhecimento ao Sr. Secretário de Estado da Modernização Administrativa, Mário Campo Largo, da existência de duas freguesias do concelho que não têm Espaço do Cidadão.
13. Quanto às medalhas de ouro, ainda não foram entregues, pois estão a tratar do assunto com os homenageados, no sentido de encontrarem a melhor data que possa satisfazer as duas partes.
14. Em resposta às constatações feitas pelo Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões relativamente ao Carnaval das crianças, aproveitou para reforçar o seu agradecimento a todas as instituições envolvidas, considerando extraordinária a presença de todos.

A Sr.^a Deputada Municipal Rosária Tavares, esclareceu o Sr. Presidente, afirmando não pretender questionar se a Câmara Municipal tinha conhecimento da proveniência e de



como está a ser distribuída a droga. A sua questão era se a Câmara Municipal tinha conhecimento do problema existente no contexto escolar e se tinha um plano de ação.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, afirmou que a sua preocupação em relação ao assunto das medalhas, tem a ver com facto de ter falado com um dos homenageados e ter constatado que o mesmo não sabia de nada.

Em relação ao consumo de droga, manifestou a sua preocupação porque, admitindo que pode ter ouvido mal, pensa ter ouvido o Sr. Presidente dizer que não estão preocupados com o consumo de droga.

Refere ainda que, estando todos os municípios a sofrer com este flagelo, questionou o que é que está a ser feito no concelho para evitar o consumo de estupefacientes.

O Sr. Presidente da Câmara José Pinheiro, respondeu ao Sr. Deputado Municipal João Carvalho da Silva, afirmando que em momento algum disse que não estava preocupado com o consumo de drogas, sendo esse um assunto que sempre tentou combater desde que está na Câmara Municipal.

Refere que aquilo que disse foi que o pequeno consumo não estava criminalizado, como é do conhecimento do Sr. Deputado, estando o executivo atento e preocupado com o problema, tendo reuniões periódicas, para que se articulem medidas de combate ao tráfico e consumo de drogas.

Considera ainda muito importante haver mais atividades desportivas e culturais para encaminhar os jovens para a música, dança e atividades que possam desviá-los desses meios, sendo isso sinais de combate aos comportamentos desviantes.

O Sr. Deputado Municipal José do Nascimento Peres, cumprimentou todos os presentes e agradeceu em seu nome e em nome da sua esposa o voto de pesar pelo falecimento da sua sogra.

2023.02.23

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com autorização dos Senhores Deputados Municipais e a título excecional, deu a palavra ao Sr. Eng.º Rui Leite, que no uso da mesma, cumprimentou todos os presentes e agradeceu, encarecidamente, o gesto simpático que tiveram para com a sua família.

Teve a palavra, também a título excecional, o Sr. Rogério Batista, que cumprimentou o Sr. Presidente e todos os representantes da Assembleia Municipal. Na qualidade de Presidente da Comissão Política do PSD, elogiou o gesto que tiveram em relembrar aqueles que estiveram ao serviço do concelho, através do partido e em benefício do próprio concelho e dos Valecambrenses.

A Sr.ª Deputada Municipal Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, cumprimentou todos os presentes e em seu nome e em nome da sua família, agradeceu o voto de pesar, aprovado pela Assembleia.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia, com a presença de vinte cinco deputados municipais (18 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia):

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VALE DE CAMBRA:

Tendo em conta que ainda não se encontrava presente o Sr. Dr. Manuel António Santos Oliveira, Presidente da CPCJ, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, passou à análise e discussão do ponto 2 da Ordem do Dia.

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E SUAS ALTERAÇÕES, PARA CONHECIMENTO:



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à apreciação do ponto, abrindo o debate, passando de imediato a palavra à **Deputada Municipal Ana Rita Martins**, que, no uso da palavra, formulou as seguintes questões ao Sr. Presidente:

1. Se as medidas aplicadas para a criação de emprego e apoio ao comércio, produziram resultados e se os mesmos foram quantificados;
2. Tendo sido realizadas sessões para a aplicabilidade de medidas ativas de emprego, pretende saber se a Câmara efetuou algum tipo de estudo de verificação das medidas que revele se as mesmas foram positivas e se produziram ganhos significativos;
3. No setor do comércio, qual o grau de satisfação dos comerciantes, relativamente à questão das senhas;
4. Se seria possível (até à próxima sessão da Assembleia Municipal), a Câmara Municipal facultar o valor de todos os processos que tem em tribunal, e no caso de os perder todos, qual seria o valor que a Câmara teria de pagar;
5. Na tabela final (onde consta a situação financeira do Município), na parte inferior tem a data de 08-02-2022, considerando que possa ter sido um lapso e no seu entendimento, a data seria de 2023.
6. Na página 59, os valores das dotações orçamentais e das dotações não orçamentais não correspondem aos valores que estão nas tabelas de demonstração de desempenho referentes ao ano de 2022, e achava que os valores tinham de coincidir.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, **José Pinheiro**, começou por responder à primeira questão, referindo-se às sessões que são realizadas via Instituto do Emprego e Formação Profissional. Refere que se tratam de sessões que são obrigatórias e que se realizam

2023.02.23

todos os anos, sendo uma das obrigações que o IEFP impõe às pessoas que estão em situação de desemprego.

Quanto à questão da satisfação das medidas que existem para o comércio, a resposta será dada pelo Sr. Vereador do pelouro do comércio, André Silva.

Em resposta à questão técnica, colocada pela Sr.^a Deputada, referente à situação financeira do Município, o Dr. Rui Valente prestará os devidos esclarecimentos.

O Dr. Rui Valente, esclareceu que efetivamente as informações prestadas pela divisão financeira são enviadas em formato editável para o gabinete de apoio do Sr. Presidente, que depois as formata nos trâmites habituais para a informação à Assembleia Municipal. Nesse sentido propôs ao Sr. Presidente da Assembleia, a concessão do prazo de um dia para analisar todos os documentos, para verificar qual a razão de haver eventual disparidade, nos dados que foram apresentados.

O Sr. Presidente da Câmara José Pinheiro, informou que onde se lê: *“informação prestada pelo serviço respetivo em 08/02/2022”*, na verdade deve constar 08/02/2023, e que efetivamente houve um lapso de escrita, solicitando que se procedesse à devida correção da data.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe reencaminhasse para o e-mail da Assembleia essa informação, para ser distribuída aos Srs. Deputados Municipais no mesmo dia e nos exatos termos.

O Sr. Vereador André Silva, no uso da palavra, informou a Sr.^a Deputada Ana Rita Martins, assim como todos os presentes que o executivo tem uma reunião pré-agendada para março, para medir o impacto da campanha, pois a campanha está em vigor até ao fim do mês de fevereiro, podendo os 6.000€ (seis mil euros) que foram distribuídos ser gastos até ao final do mês. Refere que vão deixar terminar o prazo para fazerem a avaliação, recolher os contributos dos comerciantes, perceber qual o impacto da campanha e também lançar uma nova campanha de apoio ao comércio local.



A Sr.^a Deputada Municipal Ana Rita Martins, lembrou que não lhe foi dada resposta à sua questão sobre se seria possível, até uma próxima Assembleia Municipal, ser facultado o valor de todos os processos que a Câmara tem em Tribunal e no caso de os perder todos, qual o valor total que a Câmara terá que pagar.

O Sr. Presidente da Câmara José Pinheiro, pediu desculpa à Sr.^a Deputada por se ter esquecido de responder a essa questão e passou a explicar que dada a imprevisibilidade dos resultados nos processos pendentes em tribunal, considera difícil dar uma resposta. No entanto informa que vai solicitar aos serviços jurídicos que façam um apanhado dos valores de referência.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de novembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023.

Estando já presente, o Sr. Dr. Manuel António Santos Oliveira, Presidente da CPCJ, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, voltou ao ponto 1 da Ordem do Dia.

1. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VALE DE CAMBRA:

A convite do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, esteve presente o Sr. Dr. Manuel António Santos Oliveira, Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vale de Cambra, que fez a apresentação do relatório de atividades 2022 da CPCJ.

O Sr. Presidente da CPCJ, Dr. Manuel António Santos Oliveira, após cumprimentar todos os presentes, deu início à apresentação do relatório da CPCJ.

Iniciou a sua intervenção fazendo um pequena apresentação da CPCJ e do seu funcionamento, bem como do funcionamento das comissões restrita e alargada.

Informou os presentes que, no concelho, à semelhança do ano anterior, se trabalharam cerca de 80 processos de promoção e proteção de menores, tendo sido instaurados 49

2023.02.23

processos, que é um número abaixo do número de sinalizações dos concelhos vizinhos na região Entre Douro e Vouga.

Referiu que a entidade que mais sinaliza à Comissão é a autoridade policial, na sequência de queixas de violência doméstica, seguindo-se depois os estabelecimentos de ensino e ainda processos que são abertos pelos próprios pais ou restantes familiares. Informou ainda que não tiveram no último ano qualquer procedimento de urgência, em que seja necessário retirar de imediato a criança à família.

Mais referiu que as problemáticas sinalizadas se resumem a duas: exposição a comportamentos que possam afetar o bem estar da criança, (normalmente menores de 12 anos) e prática de atos que coloquem em causa o seu bem estar, sem que os pais se consigam opor (maiores de 15 anos).

Informou ainda que a maioria dos processos terminam com arquivamento, isto é, a situação de perigo é removida, o que considera um fator bastante positivo porque indica que as famílias aceitam e até apoiam a intervenção da Comissão.

No ano passado, celebraram cerca de doze acordos de promoção e proteção, os restantes foram arquivados ou enviados para o tribunal (ou porque os pais retiraram o consentimento ou porque não tinham os meios necessários para atuar junto da família).

Por fim, terminou a intervenção apresentando as imagens de uma atividade da CPCJ, que obteve muito reconhecimento a nível nacional, o que levou a Comissão de Vale de Cambra a ser convidada a participar com os desenhos dessa atividade no encontro anual da Comissão Nacional, em maio, no Peso da Régua.

Informou que a comissão alargada trabalhou igualmente na campanha do Laço Azul, na altura do Natal fizeram uma canção com o apoio da academia de música e participaram no dia mundial da criança. A última imagem apresentada representa uma formação promovida sobre a negligência dos maus tratos e do abuso sexual e finalizou informando sobre a participação no run-cambra e nas festas da cidade.



O Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida, decidiu enaltecer o trabalho das CPCJ no geral e da CPCJ de Vale de Cambra em particular, agradecendo o seu trabalho.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, agradeceu a presença do Sr. Presidente da CPCJ, enaltecendo o trabalho realizado e afirmando ser um privilégio ter deputados municipais representados na CPCJ.

Questionou igualmente o Sr. Presidente da Mesa se o relatório cumpria com os requisitos legais e porque é que não foi apresentado o relatório no ano anterior, considerando ser importante ter conhecimento dos dados todos os anos.

Questiona ainda se existe algum tipo de constrangimento entre o presidente da CPCJ e a Assembleia Municipal, uma vez que o presidente da CPCJ numa das reuniões afirmou que se politizava o tema CPCJ. Recordou que aquilo que fez foi realçar a deputada da sua bancada, Rosário Tavares que, na sua opinião, teve um papel importantíssimo nas festas de Santo António, com uma política de proximidade envolvendo a comunidade civil, o comércio e todos os que iam ao seu encontro, o que engrandeceu as festas de Santo António. Fez também questão de, nesta sua intervenção, dar os parabéns à Sr.ª Vereadora. Assim sendo, considera que não politizou nada, apenas engrandeceu o trabalho da CPCJ e dizer que tinha orgulho num membro da Assembleia Municipal, que foi nomeado para o órgão da CPCJ.

Afirmou que, apesar das diferenças partidárias e independentemente das convicções políticas, fazem política por e para Vale de Cambra, e que acredita que qualquer um dos membros, sejam do seu partido ou da oposição, querem o melhor para a cidade.

Disse ainda que aquilo que faz sempre é agradecer todos aqueles que trabalham arduamente de forma gratuita em prol dos outros e sabe a entrega que as Comissárias dão à CPCJ. Afirmou que a Deputada Rosário tem o seu apoio incondicional e que sabe os

2023.02.23

motivos pelos quais foi escolhida: por ser jurista, por ser muito humana e por se entregar de corpo e alma às suas causas.

A Sr^a. Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares, agradeceu o apoio prestado pelo Deputado João Paulo Carvalho da Silva, dizendo que a vida a ensinou a ser uma pessoa forte, independente e a ser uma pessoa que luta pelas próprias batalhas, não tendo medo de dar a cara quando está de consciência tranquila, não tendo receio de enfrentar as injustiças. Relativamente a este caso concreto, afirmou que aquilo que num contexto normal seria uma mosca, se transformou num elefante por quem, ao que tudo indica, não aceita as regras como são.

Afirma não querer que interpretem a sua intervenção como defesa pessoal ou como Deputada, até porque nada fez que o justifique, no máximo seria uma defesa de honra como consequência de perseguição de alguns Comissários da CPCJ, a si e algumas deputadas municipais.

Assim, optou apenas por esclarecer alguns factos: disse não ter sido ofensiva, não ter prejudicado, nem ter menosprezado a CPCJ.

Afirma não ser responsável pelas intervenções de terceiros, tendo sido eleita para integrar a Comissão em representação da Assembleia Municipal, com o dever de reportar à instituição que a elegeu. Diz que na CPCJ representa a Assembleia Municipal, mas na Assembleia Municipal não é representante da CPCJ e nunca o pretendeu ser.

Refere ter o dever e a obrigação de, como Deputada Municipal, reportar os problemas e dificuldades encontrados na sociedade e na comunidade, e assim o fará enquanto tiver voz.

Diz que as suas intervenções na Assembleia Municipal não podem ser alvo de avaliação ou escrutínio por parte da CPCJ, nem do Sr. Presidente da CPCJ, confessando que continua sem perceber o porquê desta perseguição a si e a todos os representantes da Assembleia Municipal.



Desde que iniciou a função de comissária, afirma ter trabalhado sempre o que pode, sem esperar elogios e inclusive recusou o voto de louvor proposto pelo Presidente da CPCJ, pois tudo aquilo que faz é o seu dever enquanto comissária.

Recordou, por fim, que o problema surgiu por causa de uma intervenção que fez na Assembleia Municipal como Deputada e acredita que o Prof. Manuel António esteja a fazer o seu melhor enquanto Presidente da CPCJ, mas que um bom líder tenta resolver os problemas em vez de os criar ou aumentar para proporções desmedidas, ouvindo todos os elementos e respeitando os direitos e liberdades de cada um.

O Sr. Presidente da Câmara José Pinheiro, referiu considerar a CPCJ um órgão importantíssimo e com uma missão absolutamente determinante para o bem estar das crianças e dos jovens do concelho, sendo um órgão que procura ser de consenso e, acima de tudo, procura encontrar soluções para os jovens e para aqueles que tem problemas no seio familiar.

Apelou a todos que o tratamento destas situações seja feito dentro de portas, que seja tudo tratado com o sigilo que os assuntos merecem e a que estão todos obrigados.

Felicitou o Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa de tornar pública a posição da CPCJ, e pediu para se olhar com discrição e moderação, não fazendo um cavalo de batalha político, pois a missão da CPCJ é olhar pelo bem estar dos jovens e esse deve ser o espírito que preside a todos os membros da CPCJ, que dão o seu melhor.

Concluiu afirmando que está certo que todos dão o seu melhor em prol da missão que foram incumbidos, solicitando que haja contenção e que não se politize, pois é um órgão transversal a todas as cores políticas.

O Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida, afirmou achar de mau tom o Presidente da CPCJ ser convidado a ir à Assembleia Municipal apresentar informação relevante para todos os

2023.02.23

valecambrenses, e lhe ser dada uma lição de moral sobre como ser líder, questionando se a CPCJ se encontra sobre a alçada da Assembleia Municipal.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, diz apenas querer responder ao professor Nelson, afirmando existir um histórico de reuniões da CPCJ que escrutinam as intervenções da Assembleia Municipal. Assim, sendo um dos membros visados, preferiu confrontar diretamente o Sr. Presidente, do que escrever na comunicação social.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, respondeu às duas questões colocadas pelo Sr. Deputado Municipal João Carvalho da Silva. Em primeiro lugar, subscreveu os elogios e agradecimentos que foram endereçados às representantes da Assembleia Municipal na CPCJ (Rita Casal, Sónia Vide, Rita Leite e Rosária Tavares), afirmando sentir-se grato pelo trabalho que têm vindo a desenvolver. Em relação ao reporte feito, afirma que o mesmo se encontra previsto nos termos do artigo 25.º, da Lei 147/99, que foi a Lei que criou as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Relativamente à questão sobre se o relatório cumpre os requisitos legais, afirma que, nos termos da Lei, o relatório anual deve ser enviado à Assembleia Municipal, posteriormente à Comissão Nacional e ao Ministério Público, e mais tarde à Assembleia da República, devendo identificar os problemas existentes, incluindo informações que permitam conhecer a natureza dos casos apreciados e das medidas aplicadas.

Afirma considerar que o relatório no ano anterior foi apresentado, mas não foi agendado para a Assembleia Municipal, e que irá confirmar a questão posteriormente.

Finalizou dizendo que a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município e o mais amplo, abrangente e plural órgão político na área territorial do concelho, tendo uma configuração legal que lhe atribui responsabilidades de acompanhamento e fiscalização da Câmara Municipal, podendo e devendo tomar posição perante quaisquer entidades, sob quaisquer assuntos de interesse para a área territorial onde se inserem.



Assim, afirma que o Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de freguesia de Cepelos diz, e bem, que a Assembleia Municipal não tutela a CPCJ, mas considera que não se pode admitir tutelas de quem quer que seja.

Por fim, deu conta que no mesmo dia agendaria uma reunião conjunta com o Prof. Manuel António para clarificar algumas situações que o mereçam e de que obviamente dará conta num plenário nas próximas sessões da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da CPCJ Dr. Manuel António Santos Oliveira, parabenizou quer a Assembleia Municipal, quer a Câmara Municipal, quer todas as instituições de Vale de Cambra, pois afirma que nunca ninguém lhes fechou a porta.

Afirma igualmente que, ainda que estando muito cansado, é um prazer enorme pertencer à CPCJ e que as questões que vão surgindo serão oportunamente tratadas no espaço indicado, pois é assim que a Comissão trabalha, sendo as crianças e os jovens, o foco principal.

Finda a apresentação e os esclarecimentos prestados no âmbito do Relatório de Atividades de 2022, da CPCJ, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a presença do Presidente da CPCJ, dando continuidade à análise e discussão dos restantes assuntos da Ordem do Dia, passando ao **Ponto 3** da ordem de trabalhos.

Nesse sentido, e considerando que o Sr. Presidente de Mesa integra os órgãos sociais da Fundação Luiz Bernardo de Almeida, e sendo essa uma das entidades a protocolar com o Município sobre a prestação de serviços no domínio da Ação Social, o mesmo considerou estar em curso uma situação de interesses conflitantes e, nessa medida, declarou-se impedido de participar na análise e votação, motivo pelo qual abandonou a sessão e a sala, entregando a presidência dos trabalhos ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Jorge Manuel Santos Silva;

3. COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AOS PROTOCOLOS A CELEBRAR NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (RCM 27/12/2022):

O Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Jorge Manuel dos Santos Silva, deu início à apreciação do ponto, passando de imediato a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para explanação do assunto.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, solicitou à Vereadora Dr.^a Mónica Seixas que fizesse a apresentação do ponto 3, não invalidando também que a Dr.^a Paula Ferreira pudesse eventualmente ajudar em alguma dúvida que pudesse surgir.

Afirmou que os acordos decorrem da transferência de competências na área social, que foram assumidos pela Câmara Municipal no início de 2023, felicitando e agradecendo todo o trabalho feito pela Sr.^a Vereadora, como por toda a equipa técnica chefiada pela Dr.^a Paula Ferreira.

A Sr.^a Vereadora Mónica Seixas, após cumprimentar todos os presentes, realçou que os acordos alcançados refletem o trabalho intensivo feito no último ano, entre a equipa da Divisão da Ação Social e as diversas instituições do concelho, tendo também referido o *know-how* de mais de vinte anos de atividade e acompanhamento junto das famílias de ação social com equipas especializadas e com muita experiência na área.

Afirmou ter sido do entendimento do Executivo protocolar com instituições do concelho a transferência de competências, de forma a aproveitar a experiência e as valências desses parceiros, com o objetivo de potencializar e explorar novas oportunidades de melhoria com vista à implementação do serviço de ação social com cobertura total no concelho.

Para além disso, tiveram como prioridade a escolha de um modelo de intervenção integrado, no qual estão inseridas várias entidades como o Centro Social e Paroquial de



Arões, a Cruz Vermelha Portuguesa de Vale de Cambra, o Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões e a Fundação Luiz Bernardo de Almeida.

Afirmou que, desse modo, as Assistentes Sociais, Psicólogas e Ajudantes familiares destas várias instituições irão trabalhar de uma forma integrada com reuniões periódicas entre todas para criar uma harmonia de modelos de intervenção e existir uma abordagem holística entre todas as equipas.

Adicionalmente, a Sr.ª Vereadora Mónica Seixas acrescentou que a outra grande aposta é na aproximação destes serviços de ação social entre as várias freguesias, tendo dado como exemplo uma instituição em Arões, em que a assistente social, para além de continuar a atender na instituição, irá deslocar-se à junta de freguesia de Junqueira e Cepelos.

Expôs também que se encontram a avaliar juntamente com as próprias instituições, qual a forma mais adequada de concretizarem esta aproximação, tendo em conta a realidade de cada freguesia, bem como os equipamentos que cada uma disponha.

Reafirmou que o grande objetivo é a aproximação entre as várias instituições de cariz social do município e o departamento de ação social, para que se criem sinergias e cada pessoa saiba onde tem que ir para usufruir de atendimento e ser auxiliado por uma das diversas entidades disponíveis.

Elogiou a coordenação por parte da Divisão de Ação Social, explicando que cada acordo foi devidamente negociado com cada uma das instituições, assumindo o total encargo das equipas afetas ao serviço de atendimento e acompanhamento social, pois isso não era feito pela Segurança Social, penalizando fortemente as instituições.

Por fim, considerou que o entendimento do município foi que, para ter uma boa cobertura ao nível da intervenção social, deveriam investir neste domínio e assim oferecer um serviço ao dispor das famílias que atravessam uma fase muito difícil, dada a inflação e a disparidade nos gastos do dia a dia, nomeadamente com a alimentação e a

2023.02.23

procura de apoio por parte das famílias, justificando assim o investimento na área de acompanhamento social.

Ausentou-se no momento da votação o Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.

Ausentou-se definitivamente, a Deputada Municipal Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá.

A Assembleia Municipal, com 5 votos contra, dos Deputados Municipais, Ana Raquel Tavares Pinheiro e António Miguel Pinho Martins de Castro, da bancada do PS, dos Deputados Municipais, João Paulo Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Leite Tavares e Ana Rita Fernandes Martins da bancada do PSD, **1 abstenção** do Deputado Municipal Victor de Sousa Tavares, Presidente da Junta de freguesia de Macieira de Cambra, **e 16 votos a favor**, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 22 membros presentes**, aprovar o compromisso plurianual respeitante à celebração dos Acordos de Cooperação, no âmbito do serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, com o Centro Social Paroquial da Freguesia de Arões, Centro Social Paroquial S. Pedro de Castelões, Fundação Luiz Bernardo de Almeida e Delegação de Vale de Cambra da Cruz Vermelha Portuguesa, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 27/12/2022.

Declaração de voto apresentada pela Deputada Municipal, **Rosária de Fátima Leite Tavares, em nome da bancada do PSD:** "A bancada do PSD vota contra, motivada pela dúvida que permanece no que se refere ao processo da designação de dirigentes intermédios em regime de substituição e baseando-se no parecer n.º 1599 de 2020 emitido pela CCDRN a 07/02/2020 assim como no parecer da ANAM de 19/09/2022."

Declaração de voto apresentada pela Sr^a. Deputada Municipal, **Ana Raquel Tavares Pinheiro, em nome da bancada do PS:** "Não obstante a nossa concordância com o conteúdo da proposta apresentada à votação, votamos contra, atendendo ao parecer



jurídico da ANAM de 19 de setembro de 2022, solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Dr. Miguel Paiva cujo o teor é claro, ao dizer taxativamente que, somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 (oito) dirigentes na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa, a par do parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDRN que também cita o mesmo Tribunal de Contas e que vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, o facto de ao fim de 12 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos é revelador da falta de eficiência da gestão pública e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma com esta situação.”

Declaração de voto apresentada pela Sr^a. Deputada Municipal, **Ana Rita Fernandes Martins**; “Voto contra atendendo ao parecer da ANAM datado do dia 19 de setembro de 2022, que nos foi dado a conhecer, enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo seu Presidente Dr. Miguel Paiva, dado que o conteúdo do mesmo e do parecer da CCDRN, anexo à ata da reunião de Câmara Municipal de Vale de Cambra de 17/05/2022. Ambos confirmam que, no âmbito do despacho 2/P/2022, tal opção não podia ter sido tomada

2023.02.23

pelo Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce ainda o facto de se ter solicitado opinião jurídica externa, sobre o “parecer ou informação” prestado pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” cujo conteúdo do mesmo não é coincidente com os anteriores. Deste modo, e mantendo em conformidade a minha posição com a posição assumida pelo Vereador do PSD, Frederico Martins, nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

Regressou à sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, assumindo a condução dos trabalhos .

Regressou à sessão o Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.-----

4. MAPA “DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL” (RCM 07/02/2023):

Introduzindo o ponto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu de imediato a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro**, que no uso da palavra, considerou o Ponto 4, um ponto simples, afirmando que todos os membros da Assembleia Municipal compreenderão, através da leitura e informação que é feita pelo Dr. Rui Valente, não invalidando que o mesmo venha prestar algum esclarecimento adicional.

Passou a citar a informação do Dr. Rui Valente:

“De acordo com o preceituado na Lei 24-D/2022, de 30 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2023, no seu artigo 81º, após aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental, pode ser incorporado por recurso a uma revisão orçamental antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental. Nesse sentido, remete-se o mapa de demonstração do desempenho orçamental de 2022, para apreciação à data da reunião da Câmara Municipal e aprovação em sessão da Assembleia Municipal. Portanto o saldo da gerência foi de € 8.902.304,89 (oito milhões novecentos e dois mil trezentos e quatro ponto oitenta e nove) que obviamente se solicita autorização para incorporação no orçamento para 2023, depois de apurado esse mesmo saldo a 31 de dezembro do ano transato.”



O Dr. Rui Valente, afirmou já se ter inteirado relativamente à questão colocada pela Deputada Ana Rita, que tinha a ver com a comparação entre a situação financeira do Município, os dados apresentados na página 59 e os dados apresentados neste ponto, ou neste mapa, pertencente ao ponto 4. Afirma que efetivamente ambos estão corretos, à exceção do resumo diário de tesouraria n.º 65, e que houve certamente um lapso de transcrição, e, portanto, os valores que aparecem dizem respeito já à execução de 2023, sendo que o mapa de demonstração de desempenho orçamental agora a votar no ponto 4, diz respeito à execução de todo o ano de 2022.

A Sr.ª Deputada Municipal, Ana Rita Fernandes Martins, informou que relativamente ao ponto 4 votará contra, pois apesar de se considerar um incremento do saldo, a demonstração de resultados de desempenho já mostra o que se irá refletir na prestação de contas, que é uma baixa execução. Afirma que, tendo em conta essa situação, e por não concordar e por achar que se poderia fazer mais, apesar de saber que alguma da baixa execução se deve a outros motivos, como a questão do aumento dos custos energéticos, a falta de mão de obra, entre outras coisas, continua a achar que este desempenho se irá refletir numa baixa execução e que fica um pouco aquém do que se poderia ter feito.

No momento da votação ausentou-se a Deputada Municipal Cristina Maria Vasconcelos Quintas.-----

A Assembleia Municipal, com 1 voto contra, da Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, da bancada do PSD, e 22 votos a favor, das bancadas do PS, restantes membros do PSD e bancada do CDS/PP, deliberou por maioria dos 23 membros presentes, aprovar o mapa «Demonstração do Desempenho Orçamental» - ano 2022, para efeitos do artigo 81.º da LOE/2023, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 07/02/2023.-----

Regressou à sessão a Deputada Municipal Cristina Maria Vasconcelos Quintas.-----

Ausentou-se definitivamente, o Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.-----

5. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DO ORÇAMENTO 2023 (RCM 07/02/2023):

Introduzindo o ponto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu de imediato a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro**, que afirmou que, depois de aprovada a incorporação do saldo da gerência de 2022, se encontram em condições de fazer o reforço das rubricas que foram vertidas no orçamento para 2023 e que à data foi devidamente explicado aos Senhores Deputados Municipais, a toda a Assembleia e aos presentes que assistiram a essa mesma Assembleia.

Assim, refere que, daquilo que seria expectável que ocorresse nesta altura, e o que está presente perante todos, é efetivamente a afetação e a distribuição daquilo que foi o saldo da gerência de 2022 nas rubricas que à data não tinham um valor razoável para se prosseguir com aquilo que são os desafios que têm pela frente.

Afirma que foi distribuída pelos Deputados uma informação prestada pela divisão financeira, para melhor compreensão, referindo haver um reforço das rubricas que são consideradas mais importantes e mais estratégicas, nomeadamente a estratégia local de habitação, o plano de ação para as comunidades desfavorecidas, a questão da educação, dos transportes escolares, refeições escolares, a avenida da Sr^a. da Saúde, o Centro de Artes e Espetáculos, abertura e pavimentação de vias, o reforço também das verbas afetas à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (que tem em vista a gestão e o acompanhamento daquilo que é uma competência transversal aos Municípios que compõe a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e que tem a ver com o STAR - Sistema de Tratamento de Águas Residuais) e várias afetações subsequentes, que estão vertidas na informação.



Afirma que a sua vontade seria que tivessem um saldo de gerência residual, mas o que acontece é uma situação que tende a agravar-se em todo o país.

Chama igualmente à atenção para a carência enorme de mão-de obra, sendo um problema transversal a toda a sociedade portuguesa. Afirma ser um problema que todos têm pela frente, desafiando os presentes a perguntar a empresas e a empreiteiros, qual a facilidade que efetivamente têm em encontrar mão-de-obra especializada que permita responder em tempo útil aos prazos solicitados.

Conclui afirmando que a questão do saldo não é do seu agrado e que não acontece por ser negligente nessa matéria, mas pela situação estrutural do país.

A Sr.ª. Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, referiu ter algumas questões técnicas, nomeadamente:

1. De onde provinha o valor de € 1 017 959,80?
2. Em relação ao valor que estava destinado às comunidades desfavorecidas (€ 878 640,00), quais as medidas concretas?
3. Relativamente ao valor de € 535 000,00 que está destinado ao Centro de Artes e Espetáculos, quais as despesas?

E finalizou questionando algo que refere já ter sido questionado anteriormente, que é referente aos fundos comunitários atribuídos ao Centro de Artes e Espetáculos.

A Sr.ª. Deputada Municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro, após análise, afirmou ter três questões a colocar ao Sr. Presidente:

Em primeiro, se a verba do orçamento para a rede de água e saneamento é digna de um concelho como Vale de Cambra, questionando se não estariam a colocar em risco a médio prazo a qualidade e o abastecimento do concelho. Afirma entender que a boa gestão assenta num bom planeamento, e como tal, deveria existir uma apresentação pública de um cronograma de investimento para o setor e para todo o concelho.

2023.02.23

Questiona igualmente se o presidente vê no documento um incremento do investimento nas zonas industriais do concelho.

Por último, questionou se o presidente conseguiria garantir, tendo em conta as graves dificuldades de execução de empreitadas de grande dimensão por parte da Câmara Municipal, que vão cumprir com os objetivos do investimento para 2023 e 2024 de mais de 3 000 700€ (três milhões e setecentos euros) na estratégia local de habitação.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, referiu ter três temas a abordar:

Em primeiro lugar, questionou Sr. Presidente sobre qual o investimento que o Município está a pensar fazer para a habitação, pois considera um valor muito alto, e tem curiosidade em saber o que será feito pelo executivo.

Em segundo lugar, refere que o Município tem uma rede de água e saneamento muito pobre, considerando que a colocação de apenas € 200.000 é um valor miserável, e que o orçamento merecia um valor maior, de acordo com as necessidades básicas.

Por último, falou sobre a estrada que vai ligar a Nossa Sr.^a da Saúde. Considera um investimento muito grande, e que só fará sentido se existir igualmente um plano de investimento para a Nossa Sr.^a da Saúde.

O Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Victor de Sousa Tavares, questionou qual o plano que a Câmara Municipal tem para as vias de comunicação de Macieira de Cambra.

O Sr. Presidente da Câmara José Pinheiro, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas:

1. Em primeiro lugar, em relação ao plano de ação para as comunidades desfavorecidas, afirma ser um plano que tem um suporte financeiro na ordem dos 3,6 milhões de euros, sendo um plano que está a ser implementado nos dezassete Municípios da Área Metropolitana do Porto. Afirmou ter sido uma



verba negociada e afeta às duas áreas metropolitanas em valores iguais e a distribuição feita em função de vários critérios. Referiu ainda ser um processo com prazo até ao final de 2025, pelo que estão a trabalhar a alta velocidade no sentido de resolver todos os problemas que vão surgindo. Afirmou que, numa próxima Assembleia Municipal, se poderia preparar uma apresentação em que se poderia explicar todo o investimento e tudo aquilo que está a ser pensado e projetado para este fim.

2. Em relação ao reforço para o Centro de Artes e Espetáculos, afirmou que se refere a tudo o que vai além do que estava na empreitada inicial (arranjos da envolvente, mobiliários, programação e outras necessidades que surgem com a conclusão da obra), para se poder lançar os procedimentos dentro de pouco tempo, com vista a suprir as necessidades que entretanto vão surgir ou que já estão identificadas.
3. Em relação ao saneamento, afirma ter conhecimento que a verba é manifestamente insuficiente para as necessidades do Município, no entanto, estão a trabalhar arduamente com outros cinco municípios, no sentido de se encontrar uma solução para aquilo que são as falhas de cobertura que se fazem sentir. Refere ter várias reuniões, na Área Metropolitana, na Comissão de Coordenação e na APA, para que se encontre um caminho para estes cinco municípios recuperarem o atraso estrutural em termos de serviço de água e saneamento básico. Mais disse que estão a fazer tudo aquilo que podem para conseguir mais dinheiro para esta área, que é uma área absolutamente importante, tendo já feito investimentos consideráveis nestes últimos tempos.
4. Quanto à estratégia local de habitação, a mesma está assente numa candidatura feita ao IRU, sendo um objetivo do Município apostar na habitação essencialmente para pessoas carenciadas. Afirmo que o objetivo é fazê-lo em

2023.02.23

duas vertentes: construção nova e a afetação de espaços devolutos que a Câmara Municipal tem (nomeadamente para habitação e algumas escolas). Refere que o trabalho está a ser feito em articulação com as freguesias, e que assim que exista aprovação, estão em condições de lançar os respetivos procedimentos.

5. Relativamente à questão da Nossa Sr.^a da Saúde refere ter em consideração a questão do valor, no entanto, o parque da Sr.^a da Saúde é provavelmente o local de Vale de Cambra com maior capacidade de chamar pessoas ao Município. Afirma que executivos anteriores tomaram a iniciativa de adquirir terrenos e iniciar escavações, pelo que o objetivo neste momento passa por finalizar um processo que se iniciou há muitos anos. Refere ter noção de que o valor da empreitada cresceu, pois os processos desencadeados anteriormente não previam saneamento, águas pluviais, entre outros. Agora estão previstos, bem como as casas de banho do santuário, o restaurante e os espaços envolventes. Referiu igualmente estarem a trabalhar com a elaboração do projeto de saneamento para Janardo e a construção de uma ETAR, dotando-o de infraestruturas básicas que são absolutamente necessárias naquele lugar. Finaliza esta questão reafirmando que considera a Nossa Sr.^a da Saúde um local emblemático de Vale de Cambra e um local de culto, estando a dar-lhe dignidade, tendo em consideração a sua importância, não só a nível concelhio, como também a nível regional.
6. Por último, em relação à questão das pavimentações em Macieira de Cambra, afirma que a verba afeta é uma verba genérica, e que a articulação terá que ser feita em função das necessidades sentidas pelas Juntas de Freguesia.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, referiu que era a favor da obra de Nossa Sr.^a da Saúde, apesar de saber existirem opiniões contra. Esclarece ainda que a



referida via terá água e saneamento, o que não aconteceu na estrada de Porto Novo, considerando ser um erro grave por parte do município, enfatizando assim a ideia de que talvez a pressão por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia e da população tenha servido de exemplo para futuras obras como esta.

O Sr. Deputado finaliza questionando se Janardo irá ter água e saneamento, fazendo uma breve menção à falta que o Sr. Deputado José Soares faz nesta discussão.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, disse que não tinha sido dada resposta à pergunta da Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, sobre de onde vinha a verba de um milhão.

O Sr. Presidente da Câmara, respondeu dizendo que o Dr. Rui Valente será a pessoa mais indicada para responder essa questão.

O Dr. Rui Valente, no uso da palavra, referiu que o valor adicional tem a ver com as candidaturas, tanto na estratégia local da habitação, como no plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas. Afirmou que só foram considerados nesta fase do orçamento, via modificação orçamental, porque a própria componente nacional também só entrou agora.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, respondendo à questão levantada pelo Sr. Deputado João Carvalho da Silva, refere não estar em condições de garantir a existência de água e saneamento em Janardo, no entanto estará em condições para constatar que neste momento possui um projeto elaborado, algo que não tinha anteriormente, fazendo alusão ao despacho que seguiu nessa mesma semana, no sentido de se iniciarem os contactos com os proprietários dos terrenos para aquisição dos mesmos para posterior instalação da ETAR, uma vez que não faz sentido instalar tubagem de saneamento e posteriormente efetuar descargas para ribeiras e terrenos particulares. Referiu a necessidade de negociação dos terrenos e enquadramento, uma vez que se fala de um investimento com valores demasiado altos, e que obrigatoriamente terão de ser

2023.02.23

suportados por fundos comunitários, uma vez que o município não conseguiria suportar os custos sem suspender todas as ações e compromissos que estão a ser desenvolvidas neste momento.

Finalizou, garantindo que o projeto poderá ser viável e que irá haver um esforço para a negociação de terrenos e obtenção de fundos comunitários, enfatizando novamente que não irá descurar os outros lugares do concelho, uma vez que a população está ciente, não só das necessidades de Janardo, mas também das outras necessidades que estão neste momento a ser colmatadas pelo município.

A Assembleia Municipal, com 5 votos contra, dos Deputados Municipais, Ana Raquel Tavares Pinheiro e António Miguel Pinho Martins de Castro da bancada do PS, dos Deputados Municipais, João Paulo Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Leite Tavares, Ana Rita Fernandes Martins da bancada do PSD, **e 18 votos a favor**, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 23 membros presentes**, aprovar a alteração orçamental modificativa 2023, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 07/02/2023.-----

Declaração de voto da Deputada Municipal **Ana Raquel Tavares Pinheiro, em nome da bancada do PS**: “Esta bancada vota contra, pois verificamos mais uma vez que a alteração orçamental modificativa não assenta numa estratégia bem definida para Vale de Cambra. Continuamos a não privilegiar investimentos estratégicos ou, quando o fazemos, não os inserimos numa estratégia global para o concelho. Além disso, temos sérias dúvidas de que este orçamento seja verdadeiramente executado pois, mais uma vez, este, é um orçamento com mais de 8 milhões de euros de saldo de gerência.”-----

Declaração de voto apresentada pela Deputada Municipal, **Ana Rita Fernandes Martins do PSD**: “Em 2021, apesar de considerar que o orçamento camarário não demonstrava estratégia de longo prazo e que na sua maioria se destinava à gestão corrente, absteve-me, pois, somente 3 meses depois que a população Valecambrense tinha dado um voto reforçado de confiança ao executivo municipal. Contudo, à data, também afirmei que se o



mesmo acontece no futuro a minha posição seria outra, o que se veio a confirmar. Voto contra, por considerar que é um orçamento para o “dia a dia”, acrescido ao facto que os principais investimentos se encontram praticamente parados, sem uma previsão para a sua finalização.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

Não se registaram inscrições por parte do público presente.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:

Aprovação do texto e respetivas minutas.

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos 23 membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta da ata que lhes foi distribuída.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de 23 Deputados Municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 23 horas e 30 minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

